

A INTERFACE ENTRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE UMA SALA DE RECURSOS EM ESCOLA PARTICULAR

THE INTERFACE BETWEEN SPECIALIZED EDUCATIONAL SUPPORT AND INCLUSIVE EDUCATION: EVIDENCE FROM A RESOURCE ROOM IN A PRIVATE SCHOOL

LA INTERFAZ ENTRE LA ATENCIÓN EDUCATIVA ESPECIALIZADA Y LA EDUCACIÓN INCLUSIVA: EVIDENCIAS DESDE UNA SALA DE RECURSOS EN UNA ESCUELA PRIVADA

Quézia Viana Oliveira¹ <https://orcid.org/0009-0008-8795-7425>

Vânia Moreira Santos² <https://orcid.org/0009-0009-6235-0413>

Roselane Duarte Ferraz³ <https://orcid.org/0000-0003-1731-0120>

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Itapetinga, Bahia, Brasil; queziavianaoliveira@gmail.com

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Itapetinga, Bahia, Brasil; vaninhaideal@gmail.com

³ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Itapetinga, Bahia, Brasil; rduarte@uesb.edu.br

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a contribuição do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no desenvolvimento das habilidades socioemocionais de alunos com deficiência, a partir de observações realizadas em uma sala de AEE de uma instituição particular de ensino no município de Itapetinga-BA. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva e interpretativa baseada nas observações diretas e em conversas informais com os sujeitos envolvidos. Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, a partir de registros de campo e relatórios produzidos pela instituição. Os resultados apontam que o AEE contribui de forma significativa para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos alunos, favorecendo sua autonomia, autoestima e interação social. Contudo, foram identificados desafios relacionados à falta de articulação entre o AEE e a sala de ensino regular, além da escassez de recursos e da resistência de alguns professores. Conclui-se que, quando bem estruturado e articulado, o AEE exerce papel fundamental na promoção de uma educação inclusiva e no fortalecimento das competências socioemocionais dos alunos com deficiência.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Atendimento educacional especializado; Habilidades socioemocionais.

ABSTRACT: This article aims to analyze the contribution of Specialized Educational Support (SES) in the development of the socio-emotional skills of students with disabilities, based on observations conducted in a SES classroom at a private educational institution in the municipality of Itapetinga, Bahia. This is a qualitative, descriptive, and interpretative study based on direct observations and informal conversations with the individuals involved. Data

analysis was carried out using content analysis, based on field notes and reports produced by the institution. The results indicate that SEA significantly contributes to the development of students' socio-emotional skills, fostering autonomy, self-esteem, and social interaction. However, challenges were identified, such as the lack of articulation between SEA and the regular classroom, scarcity of resources, and resistance from some teachers. It is concluded that when well-structured and articulated, SEA plays a fundamental role in promoting inclusive education and strengthening the socio-emotional competencies of students with disabilities.

Keywords: inclusive education; specialized educational assistance; socio-emotional skills.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar la contribución de la Atención Educativa Especializada (AEE) en el desarrollo de las habilidades socioemocionales de los alumnos con discapacidad, a partir de observaciones realizadas en una sala de AEE de una institución educativa privada en el municipio de Itapetinga, Bahía. Se trata de una investigación de enfoque cualitativo, descriptivo e interpretativo, fundamentada en observaciones directas y conversaciones informales con los sujetos implicados. El análisis de los datos se realizó mediante análisis de contenido, a partir de registros de campo e informes elaborados por la institución. Los resultados indican que el AEE contribuye de manera significativa al desarrollo de las habilidades socioemocionales de los estudiantes, favoreciendo su autonomía, autoestima e interacción social. Sin embargo, se identificaron desafíos relacionados con la falta de articulación entre el AEE y el aula regular, la escasez de recursos y la resistencia de algunos docentes. Se concluye que, cuando está bien estructurado y articulado, el AEE desempeña un papel fundamental en la promoción de la educación inclusiva y en el fortalecimiento de las competencias socioemocionales de los estudiantes con discapacidad.

Palabras clave: educación inclusiva; atención educativa especializada; habilidades socioemocionales.

Introdução

A inclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar constitui uma pauta central nas discussões educacionais contemporâneas, exigindo que as instituições de ensino adotem práticas pedagógicas que promovam não apenas o acesso, mas também a permanência e a participação efetiva desses alunos em igualdade de condições. Nesse contexto, surge a necessidade de refletir sobre o conceito de inclusão e sobre como ele se materializa nas práticas escolares. Afinal, o que de fato significa incluir? Como transformar esse conceito em ações concretas dentro das escolas? Essas questões são fundamentais, especialmente quando observamos que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das estratégias mais importantes na efetivação de uma educação inclusiva, ao oferecer suporte pedagógico específico e direcionado às necessidades dos alunos público-alvo da educação especial.

O AEE, regulamentado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), tem como principal função promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos, complementando e suplementando a formação oferecida no ensino comum. Esse serviço é operacionalizado, principalmente, nas salas de recursos multifuncionais, que devem estar devidamente equipadas com materiais pedagógicos, jogos, tecnologias assistivas, recursos sensoriais e outros instrumentos que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades acadêmicas, sociais, cognitivas e socioemocionais. Entretanto, para além da infraestrutura, é indispensável que haja profissionais capacitados e comprometidos com a construção de práticas pedagógicas inclusivas, que respeitem as singularidades de cada estudante.

Apesar dos avanços legais e normativos que asseguram o direito ao AEE, a realidade ainda revela diversos desafios, principalmente quando se observa o contexto das escolas particulares. Nem todas essas instituições possuem salas de AEE estruturadas, o que levanta uma série de questionamentos: existe, de fato, um compromisso com a inclusão no âmbito privado? As salas estão devidamente equipadas? Há profissionais formados e preparados para atender às demandas específicas dos alunos? E mais, como ocorre o diálogo entre o atendimento especializado e a sala de ensino regular? Essas perguntas revelam as lacunas existentes e reforçam a importância de estudos que problematizem essas questões, sobretudo na busca por práticas mais efetivas e articuladas.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) contribui para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos alunos com deficiência e, ao mesmo tempo, identificar os principais desafios enfrentados nesse processo, considerando uma escola da rede privada localizada na cidade de Itapetinga, no estado da Bahia. Assim, a pesquisa parte da inquietação sobre como o AEE, enquanto serviço especializado, atua na promoção de uma educação inclusiva de fato e quais são os entraves que dificultam sua efetividade dentro do contexto escolar observado.

A relevância deste estudo se justifica pela necessidade de ampliar as discussões sobre as práticas de inclusão no ambiente educacional, especialmente nas instituições privadas, onde nem sempre há garantias efetivas da oferta desse serviço. Além disso, busca-se contribuir para uma reflexão crítica sobre os fatores que influenciam a efetividade do AEE, destacando tanto os avanços quanto as limitações existentes. Espera-se, com isso, oferecer subsídios para que gestores, professores e demais profissionais da educação possam aprimorar suas práticas, fortalecendo os princípios da inclusão e garantindo uma educação mais justa e equitativa.

Perspectiva Teórica

Inclusão e Inclusão Escolar

O conceito de inclusão é alicerçado no princípio dos direitos humanos e na defesa da equidade no acesso às oportunidades sociais, culturais e educacionais. No contexto educacional, a inclusão se configura como um movimento que visa garantir a participação de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou emocionais, no ambiente escolar comum, valorizando as diferenças e reconhecendo-as como parte da diversidade humana. Mantoan (2003) afirma que uma escola inclusiva não é aquela que apenas recebe alunos com deficiência, mas aquela que transforma suas práticas para atender a todos, sem exceção, flexibilizando currículo, metodologias e avaliações. Ao destacar a necessidade de transformar práticas escolares, a autora nos convida a repensar os modos de ensinar e aprender, superando a lógica da homogeneidade. O papel da escola passa a ser o de acolher todos os estudantes e adaptar-se à sua diversidade, reconhecendo que a inclusão exige mudança de postura institucional e pedagógica.

Franco e Schutz (2020) reforçam que a inclusão escolar ultrapassa a simples presença física do estudante na sala de aula. Ela envolve, sobretudo, a construção de práticas pedagógicas que considerem as singularidades dos alunos, garantindo-lhes acesso ao conhecimento, desenvolvimento de suas potencialidades e participação ativa na vida escolar. A inclusão, portanto, deve ser entendida como um processo permanente de transformação da escola, que exige o rompimento com modelos homogeneizadores e excludentes historicamente presentes no sistema educacional. Essa compreensão amplia o sentido de inclusão, demonstrando que o verdadeiro desafio não está apenas em manter o aluno na escola, mas em garantir condições para que ele aprenda e se desenvolva com qualidade e dignidade. Nesse contexto, cabe à escola assumir uma postura crítica em relação às práticas que excluem ou marginalizam e construir uma cultura escolar que valorize as diferenças como parte constitutiva do espaço educativo.

Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) estabelece que todas as escolas, sejam elas públicas ou privadas, devem se organizar para atender à diversidade, assegurando os apoios necessários para que os estudantes com deficiência tenham garantido seu direito à aprendizagem em igualdade de condições com os demais. Essa política representa um avanço no reconhecimento das barreiras impostas pelo meio e na responsabilização da escola pela superação dessas barreiras, por meio de práticas pedagógicas inclusivas. A partir dessa política, percebemos que não se

trata apenas de reconhecer a diversidade, mas de garantir meios reais para que ela se manifeste de forma plena na escola, com intencionalidade e compromisso ético-político.

Uma das estratégias fundamentais para garantir a superação dessas barreiras educacionais e viabilizar uma aprendizagem equitativa é o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Constitui uma resposta concreta às demandas específicas dos estudantes com deficiência, contribuindo para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Por meio do AEE, é possível oferecer suporte individualizado e adaptado às necessidades de cada aluno, fortalecendo o processo de inclusão escolar e assegurando o pleno desenvolvimento de suas potencialidades. O AEE, portanto, não pode ser visto como uma ação isolada, mas como um instrumento estruturante da inclusão, pois atua diretamente no enfrentamento das dificuldades específicas e no fortalecimento da trajetória escolar dos estudantes.

Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Contexto da Inclusão

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui-se como um serviço fundamental no processo de inclusão escolar, configurando-se como uma ação pedagógica que complementa e/ou suplementa a formação dos alunos público-alvo da educação especial. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), o AEE deve ser realizado no contraturno escolar, preferencialmente em salas de recursos multifuncionais, e tem como objetivo identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos no ensino regular. Fica evidente que o AEE deve ter um papel proativo na eliminação das barreiras educacionais, atuando com foco na aprendizagem, e não apenas como apoio periférico ao ensino regular.

Bueno (2016) enfatiza que o AEE não se trata de um espaço de reforço escolar, mas de um atendimento pedagógico especializado, voltado para o desenvolvimento de habilidades funcionais e acadêmicas que favoreçam a autonomia, a comunicação, a socialização e a aprendizagem. Sua função principal é proporcionar meios para que os alunos possam acessar o currículo comum, utilizando estratégias diferenciadas e recursos específicos, planejados a partir das suas necessidades. Isso demonstra que o AEE precisa dialogar com as práticas escolares cotidianas e contribuir para que o aluno se torne protagonista no processo educativo, acessando o currículo de forma significativa e compatível com suas potencialidades.

Drago (2011) alerta que, muitas vezes, o AEE é confundido com práticas assistencialistas ou compensatórias, quando, na verdade, deve ser entendido como um serviço articulador, que dialoga com os professores da sala de aula comum, contribuindo para a construção de práticas inclusivas no coletivo escolar. Para que isso ocorra de forma efetiva, é imprescindível que haja colaboração entre os profissionais da educação, planejamento conjunto e constante troca de saberes. Essa articulação reforça a ideia de que o AEE só será eficaz se houver uma cultura colaborativa na escola, que reconheça a importância do trabalho conjunto em prol de uma educação inclusiva e democrática.

Mendes (2006) aponta que o sucesso do AEE depende diretamente da construção de práticas pedagógicas que considerem tanto as dimensões cognitivas quanto afetivas dos alunos. O autor ressalta que, além de recursos materiais e tecnológicos, é essencial que os profissionais desenvolvam uma escuta sensível, capaz de captar as necessidades, interesses e potencialidades dos estudantes. Assim, o atendimento especializado se torna um espaço de fortalecimento da autonomia, da autoestima e do protagonismo dos alunos. Esse aspecto evidencia que o AEE precisa considerar o aluno em sua totalidade, respeitando suas emoções, experiências e saberes, o que fortalece a sua identidade como sujeito de direitos.

O Papel do AEE no Processo de Inclusão Escolar

O AEE, enquanto serviço especializado, assume um papel central na efetivação da inclusão escolar, sendo responsável por desenvolver ações que eliminem ou minimizem as barreiras que impedem o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial. Como destacam Silva e Garcia (2019), esse serviço deve estar alinhado ao projeto pedagógico da escola e ser realizado de forma articulada com os demais docentes, garantindo a construção de um currículo flexível e acessível. Assim, o AEE deve ser integrado ao planejamento institucional e não funcionar como uma iniciativa paralela. Quando articulado, ele se torna parte fundamental da política educacional da escola.

Para Neves (2017), o AEE é também um espaço de valorização das múltiplas linguagens, no qual a ludicidade, a arte, os jogos e as tecnologias assistivas assumem papel central no desenvolvimento das habilidades cognitivas, comunicacionais e socioemocionais dos alunos. O autor reforça que o uso desses recursos não deve ser visto como mero complemento, mas como estratégias pedagógicas potentes, capazes de promover aprendizagens significativas e favorecer a expressão e a autonomia dos estudantes. Percebe-se

então, que essas estratégias ampliam o repertório didático dos professores e tornam o processo educativo mais prazeroso e acessível, contribuindo para a inclusão efetiva.

Costa e Amaral (2022) acrescentam que os jogos pedagógicos, quando adaptados às necessidades dos alunos, funcionam como instrumentos mediadores da aprendizagem, contribuindo tanto para o desenvolvimento de habilidades acadêmicas quanto para a construção de competências socioemocionais, como cooperação, empatia, resiliência e autorregulação. Isso significa afirmar que os jogos não cumprem apenas a função recreativa, pois os jogos funcionam como instrumentos facilitadores de processos de aprendizagem e de desenvolvimentos das atividades sociais desses alunos. Quando, através dos jogos, são promovidos desafios, interações, atendimento às regras, há uma tendência de favorecerem não só o desenvolvimento cognitivo, como também, o fomento das competências socioemocionais e, conseqüentemente, o desenvolvimento integral desses discentes.

A efetividade do AEE, segundo Silva e Cunha (2017), está diretamente relacionada ao uso de instrumentos de planejamento, como os Planos de Ensino Individualizados (PEIs), que devem ser elaborados a partir de uma avaliação diagnóstica criteriosa, com a definição de metas específicas, estratégias diferenciadas e formas de acompanhamento contínuo. Esse planejamento individualizado permite que o atendimento seja realmente ajustado às necessidades de cada aluno, assegurando avanços concretos no processo de inclusão. Isso reforça a importância do planejamento docente consciente e intencional, que possibilita intervenções mais precisas e alinhadas ao processo de aprendizagem de cada estudante.

Por fim, Ferreira e Soares (2021) destacam que, para que o AEE cumpra seu papel de mediador do processo inclusivo, é indispensável que as salas de recursos multifuncionais estejam adequadamente equipadas, com materiais específicos, tecnológicos, sensoriais e pedagógicos, além de contar com profissionais qualificados e comprometidos. Sem essas condições, o serviço tende a perder sua efetividade, tornando-se mais um espaço de ocupação do que, de fato, de desenvolvimento e aprendizagem. Dessa forma, observamos que o compromisso institucional com a inclusão não pode ser apenas discursivo; é preciso garantir estrutura, formação e investimento para que o AEE seja, de fato, um espaço pedagógico transformador.

Metodologia

Para responder ao objetivo proposto este trabalho adotou uma abordagem qualitativa, uma vez que busca compreender os fenômenos em sua complexidade, a partir da interação

direta com o ambiente e os sujeitos envolvidos. Segundo Severino (2014), a pesquisa qualitativa preocupa-se com a compreensão dos significados, das intenções, das motivações e das interações sociais, valorizando o ponto de vista dos participantes e o contexto no qual os fatos ocorrem.

Além de qualitativa, esta pesquisa é caracterizada como descritiva e exploratória. De acordo com Gil (2010), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever as características de determinado fenômeno ou de uma população, bem como estabelecer relações entre as variáveis observadas. Por sua vez, a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e contribuindo para a construção de hipóteses ou aprofundamento do conhecimento sobre determinado tema.

No desenvolvimento deste estudo, optou-se pela realização de um estudo de caso, pois, conforme Gil (2010), essa estratégia é adequada quando se pretende investigar um fenômeno dentro de um contexto específico, permitindo uma análise profunda e detalhada da realidade observada. Assim, a pesquisa foi realizada em uma sala de Atendimento Educacional Especializado de uma escola da rede privada localizada na cidade de Itapetinga, no estado da Bahia.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram a observação participante, conversas informais e análise de documentos institucionais. A observação participante foi escolhida por permitir uma imersão no cotidiano da sala de AEE, possibilitando ao pesquisador acompanhar diretamente as práticas pedagógicas, as interações entre os sujeitos e as dinâmicas do ambiente escolar. Severino (2014) destaca que a observação participante é um recurso metodológico fundamental na pesquisa qualitativa, pois oferece ao pesquisador uma visão mais ampla e detalhada dos fenômenos, considerando as subjetividades e os contextos em que estão inseridos.

As conversas informais realizadas durante o período de observação foram fundamentais para compreender as percepções dos professores, alunos e demais profissionais envolvidos com o AEE. Essas conversas foram registradas em um diário de campo, que serviu como instrumento de sistematização das informações coletadas, possibilitando a análise posterior dos dados. Além disso, foram utilizados como fontes os relatórios pedagógicos produzidos pela professora do AEE, os Planos de Ensino Individualizados (PEIs) e as fichas de acompanhamento dos alunos, os quais forneceram informações importantes sobre os processos de planejamento, intervenção e acompanhamento dos estudantes. Dessa forma, a combinação desses instrumentos possibilitou uma análise abrangente e aprofundada,

permitindo compreender como o AEE se organiza na prática e quais são suas contribuições e desafios no processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência.

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública de ensino, localizada na região metropolitana, que atende alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Os dados analisados correspondem a dois estudantes que frequentam regularmente o Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme indicado nos relatórios pedagógicos. A partir da análise documental dos relatórios A e B, observou-se que ambos os alunos apresentam dificuldades significativas de concentração, leitura e compreensão de enunciados, sendo necessárias avaliações com muita mediação e apoio pedagógico individualizado. Tais registros permitiram evidenciar como o AEE tem se configurado como espaço de suporte às demandas específicas desses estudantes, oferecendo estratégias adaptadas que favorecem o desenvolvimento das habilidades previstas na BNCC. A escolha dos sujeitos foi feita com base em sua frequência ao AEE e na riqueza das informações disponíveis nos registros pedagógicos, os quais ofereceram subsídios relevantes para entender os impactos e limites do atendimento especializado no cotidiano escolar.

Ações do AEE na inclusão de alunos com deficiência: uma análise a partir da prática pedagógica

Nesta seção, serão discutidos os principais achados da pesquisa, organizados a partir de categorias definidas com base nas observações realizadas, nos registros de diário de campo e nos documentos institucionais analisados. A discussão visa compreender como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) contribui para o desenvolvimento dos alunos com deficiência, bem como os desafios enfrentados nesse processo. O diálogo com os autores utilizados ao longo da pesquisa fortalece a análise e permite compreender as práticas observadas a partir de uma perspectiva teórica fundamentada.

Desenvolvimento de Aprendizagens

Os dados analisados apontam que o AEE exerce um papel central no desenvolvimento das aprendizagens dos alunos público-alvo da educação especial. As práticas observadas demonstraram que, quando planejadas a partir de uma análise criteriosa das necessidades dos alunos, as intervenções pedagógicas são capazes de promover avanços significativos. Bueno

(2016) destaca que o AEE tem como função articular saberes específicos, mobilizando estratégias pedagógicas que permitam aos estudantes superarem barreiras no processo de aprendizagem. Esse entendimento ficou evidente nas práticas adotadas, que se basearam no uso de recursos concretos, atividades lúdicas, jogos de raciocínio e materiais estruturados.

Esse uso de recursos pôde ser observado, por exemplo, durante atividades realizadas com a Criança A, que envolviam o uso de jogos de memória, dominós e desafios de associação visual para trabalhar atenção, foco e raciocínio lógico. Conforme registrado no relatório pedagógico, essas atividades foram fundamentais para manter o interesse do aluno e reduzir os impactos das dificuldades de concentração relatadas, permitindo maior engajamento nas propostas e melhor desempenho em leitura e interpretação. A utilização desses recursos estruturados foi planejada considerando as necessidades destacadas nos relatórios e no PEI, como baixa tolerância à frustração e necessidade de estratégias visuais e manipulativas para facilitar a aprendizagem de conceitos abstratos, especialmente em matemática e produção textual.

Costa e Amaral (2022) reforçam que os jogos adaptados são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento das funções cognitivas e da aprendizagem acadêmica, especialmente para alunos com transtornos do neurodesenvolvimento ou dificuldades específicas. Essa perspectiva pôde ser confirmada durante as atividades que utilizaram dominós, jogos de associação, memórias visuais e atividades com sequências lógicas, que estimularam não apenas o raciocínio, mas também a concentração, a resolução de problemas e a construção de estratégias cognitivas pelos alunos atendidos no AEE.

Essas atividades foram registradas principalmente com a Criança A, que apresentou importantes ganhos na capacidade de manter o foco por períodos mais longos quando envolvida em jogos estruturados com desafios progressivos. Conforme apontado no relatório pedagógico, o aluno demonstrou maior disposição em participar de atividades quando estas envolviam jogos de associação e memorização visual, mostrando avanços não apenas na atenção, mas também na autoestima e interação com os colegas. Já no caso da Criança B, os relatórios indicaram que a dificuldade de leitura e compreensão foi parcialmente superada com o uso de estratégias lúdicas, como jogos de palavras e sequências, favorecendo a organização de ideias e a autonomia durante as atividades. Esses dados também dialogam com o PEI, ao indicar que a aplicação de jogos adaptados promoveu, além do avanço cognitivo, um ambiente emocionalmente mais estável, no qual os alunos se sentiam mais motivados e menos frustrados diante dos desafios escolares.

Além disso, Silva e Cunha (2017) apontam que o Plano de Ensino Individualizado (PEI) é um instrumento essencial nesse processo, uma vez que permite o planejamento de metas individualizadas e a organização das intervenções pedagógicas de acordo com as especificidades de cada estudante. A análise dos PEIs utilizados revelou a preocupação da equipe do AEE em traçar objetivos claros, realistas e alinhados ao perfil de aprendizagem de cada aluno. Isso permitiu que o acompanhamento fosse sistemático e que as intervenções fossem ajustadas continuamente, contribuindo diretamente para a eficácia do processo de ensino e aprendizagem.

Um exemplo concreto disso pode ser observado no PEI analisado, no qual consta como objetivo específico: “Melhorar a compreensão de álgebra e frações, sendo capaz de resolver problemas simples até o final do semestre”. Este objetivo revela claramente o esforço da equipe pedagógica em definir metas mensuráveis, diretamente relacionadas às dificuldades observadas no cotidiano da aluna, como registrado também nos relatórios pedagógicos. Além disso, a meta “Organizar suas produções textuais de forma mais coesa, com introdução, desenvolvimento e conclusão claros” demonstra a intenção de promover o desenvolvimento da escrita de forma estruturada e funcional.

Essas metas dialogam com os desafios identificados nos relatórios de acompanhamento e refletem uma preocupação em tornar o processo de ensino-aprendizagem mais acessível e eficaz. Ao estabelecer objetivos específicos e monitoráveis, o PEI contribui para o alinhamento entre as necessidades reais dos alunos e as práticas pedagógicas inclusivas, fortalecendo o papel do AEE na promoção de avanços significativos.

Desenvolvimento das Habilidades Socioemocionais

A análise dos dados também evidenciou que o AEE não se limita ao desenvolvimento acadêmico, atuando diretamente na promoção das habilidades socioemocionais dos alunos atendidos. Mendes (2006) afirma que práticas pedagógicas inclusivas precisam considerar as dimensões afetivas e emocionais dos estudantes, pois é por meio da construção de vínculos que se favorece a motivação, a autoestima e a autoconfiança dos alunos. No contexto observado, ficou evidente que as interações estabelecidas no AEE foram pautadas na escuta sensível, na empatia e no acolhimento das singularidades, elementos que foram determinantes para que os alunos se sentissem seguros para participar das atividades.

Neves (2017) defende que as práticas que envolvem arte e expressão simbólica favorecem não apenas o desenvolvimento sensorio-motor, mas também a ampliação das

linguagens e da comunicação, aspectos que foram claramente percebidos nas atividades propostas no AEE. As atividades de pintura, colagem, jogos cooperativos e criação de materiais visuais estimularam os alunos a expressarem sentimentos, a interagirem com os colegas e a construir relações de confiança. Esse processo contribuiu diretamente para o fortalecimento da autoestima e da autonomia, possibilitando que os estudantes desenvolvessem competências emocionais fundamentais para sua inclusão no ambiente escolar. Esse desenvolvimento pôde ser observado no PEI da aluna atendida, no qual consta: “Melhoras na socialização com os colegas e demais profissionais da escola” e “Avanços na comunicação em público”, indicando que as atividades propostas pelo AEE — como jogos cooperativos e produções visuais — favoreceram diretamente a construção de vínculos sociais e a superação da timidez e da insegurança inicial. Esses avanços revelam como o ambiente estruturado e simbolicamente rico do AEE pode atuar como um espaço de promoção de competências emocionais essenciais à inclusão.

De acordo com Franco e Schutz (2020), a construção de um ambiente escolar inclusivo exige práticas que garantam não apenas o acesso ao currículo, mas também a promoção do desenvolvimento integral dos alunos, considerando suas dimensões sociais, emocionais e cognitivas. No AEE observado, essa perspectiva esteve presente, na medida em que as intervenções favoreceram não apenas a aprendizagem formal, mas também a socialização, a empatia e a participação ativa dos estudantes nas dinâmicas escolares.

Desafios para a Inclusão: Resistência Docente e Acesso aos Recursos

Apesar dos avanços identificados, a análise dos dados revelou que ainda existem desafios importantes que comprometem a efetivação plena da inclusão escolar. Drago (2011) já havia alertado que a resistência dos docentes da sala regular é uma das barreiras mais significativas no processo de inclusão, muitas vezes decorrente da falta de conhecimento sobre o papel do AEE e sobre as possibilidades de adaptação curricular. Essa resistência se manifesta, sobretudo, na dificuldade em reconhecer que o trabalho com alunos com deficiência é uma responsabilidade compartilhada, e não exclusiva do AEE.

Essa dificuldade foi perceptível na ausência de registros que indicassem práticas colaborativas entre a sala comum e o AEE, conforme evidenciado no PEI, que recomenda explicitamente realizar interlocução com os professores e equipe escolar sobre o desenvolvimento da criança no processo de inclusão e aprendizagem. A presença dessa recomendação sugere que a articulação entre os profissionais ainda precisa ser fortalecida, o

que reforça a existência de certa resistência institucional em assumir a inclusão como um compromisso coletivo.

Oliveira (2018) reforça essa análise ao destacar que muitos professores se sentem inseguros para realizar adaptações, seja pela falta de formação específica, seja pelo desconhecimento das estratégias inclusivas. Essa insegurança acaba reforçando práticas excludentes, nas quais os alunos com deficiência são, muitas vezes, marginalizados nas atividades da sala de aula regular. O dado mais preocupante é que, sem uma articulação efetiva entre o AEE e os professores regulares, o trabalho desenvolvido no atendimento especializado corre o risco de não se refletir na prática cotidiana da escola.

Outro desafio identificado refere-se às condições materiais e estruturais da sala de AEE. Ferreira e Soares (2021) alertam que a falta de recursos adequados, como materiais pedagógicos específicos, tecnologias assistivas e equipamentos que garantam a durabilidade dos materiais produzidos, impacta diretamente a qualidade do atendimento. No contexto observado, essa realidade se confirmou, evidenciando que, sem os investimentos necessários em infraestrutura, o AEE enfrenta limitações para realizar um trabalho de excelência. Essa limitação foi observada em anotações de campo que apontaram a ausência de materiais tecnológicos funcionais e a escassez de recursos manipulativos em bom estado, o que exigia constantes adaptações improvisadas por parte da professora do AEE. Em uma das sessões observadas, por exemplo, a docente precisou reorganizar uma atividade que utilizaria jogos visuais digitais, substituindo-a por fichas impressas, devido à indisponibilidade de tablets ou computadores funcionando adequadamente. Tal situação ilustra como a falta de estrutura compromete a efetividade de práticas planejadas para atender às especificidades dos alunos, confirmando o alerta dos autores sobre os impactos da precarização no atendimento especializado.

Além disso, Glat e Blanco (2007) ressaltam que as tecnologias assistivas, quando utilizadas de maneira planejada e intencional, são aliadas poderosas no processo de inclusão, tanto no desenvolvimento cognitivo quanto no fortalecimento das interações sociais. Entretanto, a ausência ou a limitação desses recursos reduz as possibilidades de práticas pedagógicas mais inovadoras e inclusivas, restringindo o potencial do AEE em promover aprendizagens diversificadas e acessíveis.

Por fim, Batista e Andrade (2023) destacam que o AEE, quando bem estruturado, funciona como uma ponte entre o aluno e o ambiente escolar, rompendo com os processos de exclusão e promovendo a participação efetiva. No entanto, essa ponte só se sustenta se houver

compromisso institucional, formação continuada, infraestrutura adequada e, principalmente, uma cultura escolar que valorize a diversidade como princípio pedagógico e social.

Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) contribui para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos alunos com deficiência, bem como identificar os principais desafios enfrentados no processo de inclusão escolar em uma escola da rede privada no município de Itapetinga, Bahia. A análise dos dados, realizada a partir das observações, dos registros em diário de campo e dos documentos pedagógicos, permitiu compreender, de forma concreta, a importância do AEE como um serviço essencial na promoção de práticas inclusivas no contexto escolar.

Ficou evidente ao longo da pesquisa que o AEE exerce um papel fundamental tanto no desenvolvimento acadêmico quanto no fortalecimento das habilidades socioemocionais dos alunos atendidos. As intervenções pedagógicas planejadas, centradas nas necessidades específicas de cada estudante, revelaram-se capazes de promover avanços significativos na aprendizagem, na construção de autonomia, na comunicação e no fortalecimento da autoestima dos alunos. O trabalho desenvolvido na sala de recursos multifuncionais não apenas complementa, mas potencializa o processo de ensino e aprendizagem, tornando-se um espaço que viabiliza a superação de barreiras e amplia as possibilidades de participação dos estudantes no ambiente escolar regular.

Por outro lado, a pesquisa também evidenciou desafios que ainda comprometem a efetividade da inclusão, especialmente no que se refere à resistência de parte dos docentes da sala regular em assumir sua corresponsabilidade no processo, além das fragilidades na articulação entre o AEE e o ensino comum. Soma-se a isso a insuficiência de recursos materiais e tecnológicos, que impacta diretamente a qualidade do atendimento prestado, limitando as possibilidades de desenvolvimento de práticas mais diversificadas e acessíveis.

Diante desses achados, torna-se urgente que as instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, invistam de forma consistente na formação continuada de seus profissionais, de modo que possam compreender, de maneira mais ampla, os princípios da educação inclusiva e o papel do AEE dentro desse processo. É necessário, ainda, que haja um comprometimento institucional na garantia de condições estruturais adequadas, com salas equipadas, recursos pedagógicos diversificados e apoio efetivo para que o trabalho desenvolvido no AEE seja integrado às práticas da sala regular.

Portanto, conclui-se que, embora o AEE seja uma estratégia pedagógica de extrema relevância para a efetivação da inclusão escolar, sua eficácia depende diretamente da existência de práticas colaborativas entre os diferentes profissionais da escola, da disponibilidade de recursos adequados e do comprometimento ético e pedagógico de toda a comunidade escolar. A inclusão, mais do que um conceito legal, precisa ser compreendida como um compromisso coletivo, que exige sensibilidade, responsabilidade e ações concretas para garantir o direito de todos os alunos à aprendizagem e à participação plena na vida escolar.

Referências

- BARBOSA, M. A.; FERREIRA, R. P. A articulação entre AEE e ensino regular: análise de práticas colaborativas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1–22, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/118759>. Acesso em: 4 maio 2025.
- BATISTA, C. F.; ANDRADE, L. B. Desenvolvimento da autonomia em alunos com deficiência intelectual no AEE. **Revista Educação & Tecnologia**, Curitiba, v. 18, n. 2, p. 143–158, 2023. Disponível em: <https://revistas.uninter.com/educacaotecnologia/article/view/7329>. Acesso em: 1 maio 2025.
- BUENO, J. G. S. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) como programa nuclear das políticas de educação especial para a inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 29, n. 2, p. 321–338, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/6727/672770872004.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2025.
- CARVALHO, R. E. **Inclusão**: a educação do aluno com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/BID, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/inclusao.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- CORRÊA, N. M.; RODRIGUES, A. P. N. Tecnologia assistiva no Atendimento Educacional Especializado (AEE) de estudantes com deficiência. **Linhas**, Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 87–102, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723817352016087>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- COSTA, D. G.; AMARAL, L. A. Adaptação curricular para alunos com TEA em ambientes inclusivos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 35, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/66684>. Acesso em: 12 abr. 2025.
- DRAGO, R. Inclusão escolar e atendimento educacional especializado no contexto do projeto político-pedagógico. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 264-278, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/download/26413/15405>. Acesso em: 4 maio 2025.

FERREIRA, J. M.; SOARES, R. O papel das tecnologias assistivas no AEE: análise de casos em escolas públicas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/121091>. Acesso em: 15 abr. 2025.

FRANCO, A. M. S. L.; SCHUTZ, G. E. Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. esp, p. 244–255, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2019.v43nspe4/244-255/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

GARCIA, S. M. Formação docente e práticas inclusivas: uma análise crítica. **Educação Pública**, Cuiabá, v. 24, n. 2, p. 1–15, 2015. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/edufmt/article/view/3144>. Acesso em: 24 abr. 2025.

GLAT, R.; BLANCO, R. Políticas públicas para a educação inclusiva na América Latina. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 919–938, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/dphMXxHgdfKqRfTMR9KwTpz/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GOMES, A. L. L.; POULIN, J. R.; FIGUEIREDO, R. V. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43221>. Acesso em: 04 maio 2025.

LIMA, P. C.; MOREIRA, J. F. Gestão escolar e inclusão: desafios da implementação do AEE. **Revista Gestão Escolar e Práticas Inclusivas**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 32–50, 2019. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/regepi/article/view/5930>. Acesso em: 15 abr. 2025.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? Campinas: Autores Associados, 2003. Disponível em: https://www.andi.org.br/sites/default/files/InclEscola_MariaTeresaMantoan.pdf. Acesso em: 2 maio 2025.

MENDES, E. G. Educação Inclusiva: construindo sistemas educacionais inclusivos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 239–248, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/11748>. Acesso em: 2 maio 2025.

NEVES, L. R. Contribuições da Arte ao Atendimento Educacional Especializado e à Inclusão Escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 23, n. 4, p. 489–502, 2017. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v23n4/1413-6538-rbee-23-04-0489.pdf>. Acesso em: 3 maio 2025.

OLIVEIRA, L. M. A formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 4, p. 1709–1723, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10827>. Acesso em: 3 maio 2025.

SANTOS, L. A.; SANTOS, F. P. Desafios da inclusão escolar e práticas docentes em salas regulares. **Revista Inclusão e Cidadania**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 45–62, 2020. Disponível em: https://revistainclusaoecidadania.org/artigo_2020_santos.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

SILVA, A. L.; GARCIA, R. L. Recursos pedagógicos e estratégias inclusivas no AEE: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 25, n. 3, p. 395–410, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/9KZPBx4Z9RHp7kbn4TYzg6L/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SILVA, K. S.; ALMEIDA, M. A. A importância da família na construção de práticas inclusivas eficazes. **Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 52, p. 247–268, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/20435>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SILVA, R. J.; CUNHA, A. C. Planejamento pedagógico e PEI no AEE: uma experiência inclusiva. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 30, n. 1, p. 181–197, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/22487>. Acesso em: 16 abril 2025.

SOBRE AS AUTORAS

Quézia Viana Oliveira. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB/Itapetinga). Especialização em Pós-Graduação em Autismo com Base no Modelo de Ensino Estruturado pela Faculdade Pólis Civitas.
<http://lattes.cnpq.br/2273798287829756>

Vânia Moreira Santos. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB/Itapetinga). Especialização em Leitura e Produção Textual Aplicadas à Educação de Jovens pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.
<http://lattes.cnpq.br/2047942189562397>

Roselane Duarte Ferraz. Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Titular do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHL) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Integrante do Grupo de Pesquisas e Estudos Pedagógicos (GPEP/CNPQ/UESB). <http://lattes.cnpq.br/2751558332825781>

Como citar

OLIVEIRA, Quézia Viana; SANTOS, Vânia Moreira; FERRAZ, Roselane Duarte. A interface entre o Atendimento Educacional Especializado e a educação inclusiva: evidências a partir de uma sala de recursos em escola particular. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, Itapetinga, v. 6, n. 13, p. 1-17, jan./dez., 2025.